

## **Entrevista com o professor Adebiano Rodriguez**

**20 de novembro de 2020**

Arquivo Central – Você cursou História na UFJF e por alguns anos foi bolsista no Arquivo Central. Como foi sua experiência em trabalhar com documentação e digitalização? Essa experiência agrega algo à sua função de professor? Como?

Adebiano – Entrei na UFJF em 2008, dois anos depois, ingressei no Arquivo Central como bolsista para trabalhar com o arranjo do Fundo Benjamin Colucci. Foi uma experiência maravilhosa, tínhamos uma ótima equipe de bolsistas e a relação com os funcionários não podia ser melhor. Ainda tenho essas pessoas como grandes amigos, mesmo não tendo tanto contato como antes. Trabalhar com o arranjo de documentos do século XIX e com a digitalização foi uma grande experiência, pude vivenciar na prática os conhecimentos estudados nas disciplinas de metodologia e de patrimônio, perceber as possibilidades de pesquisa disponíveis e passar horas analisando documentos novos que descobríamos. Cheguei a escrever alguns textos inspirado nas histórias que podíamos extrair dos documentos que tínhamos. Trabalhar com arquivos permanentes era uma coisa que eu gostava muito, até prestei concurso para a área de Arquivologia na Universidade Federal Fluminense, mas, quando fui chamado, já estava avançado meu processo seletivo para o mestrado da UFJF e optei por permanecer na cidade. O trabalho no Arquivo foi importante não só na minha função como professor, mas também durante a minha pesquisa de mestrado. Trabalhei com muitas fontes disponíveis em meio digital, arquivos permanentes e correntes, de empresas e instituições públicas. Dominar os conceitos fundamentais e os princípios arquivísticos, além de saber organizar as minhas fontes, me ajudou muito.

Na minha atuação como professor o fruto dessa vivência no Arquivo Central é constante, tenho sempre a preocupação em demonstrar como são construídos o conhecimento histórico e os processos que nos levam até os livros didáticos. Tenho algumas partes de processos digitalizados que solicitei e que uso em algumas aulas, sobretudo inventários do século XIX que citam pessoas escravizadas. Essa oportunidade de ter contato com as fontes primárias me leva a realizar anualmente projetos de visitas técnicas a museus e centros de documentação; espero em breve poder realizar uma visita ao Arquivo Central com meus estudantes.

Arquivo Central – Em novembro temos duas datas importantes: a Proclamação da República e o dia da Consciência Negra. Como essas datas são trabalhadas no ensino de História? E qual a importância do reconhecimento de nosso passado e nossas raízes para a formação dos cidadãos? O acesso a arquivos e instituições similares tem importância nesse processo?

Adebiano – O ensino de História vem mudando muito nos últimos anos, tanto nas metodologias da História, como nas metodologias de ensino da disciplina e até nos temas que são selecionados para receberem maior atenção; é como se o Brasil estivesse se redescobrendo. Hoje em dia a História tem se afastado

daquela coisa canônica e tradicional de decorar datas, fatos e conhecer a biografia dos “grandes heróis nacionais”. Essas transformações têm aproximado o ensino da História das pessoas comuns e do dia a dia e, para isso, o acesso a fontes primárias é fundamental.

Nesse sentido, a forma como a sociedade atual enxerga a Proclamação da República mudou muito, observam-se muito mais os papéis desempenhados pelos atores e seus interesses, e seus personagens são trazidos para a condição de seres humanos que foram. Já o Dia da Consciência Negra está ligado a esses temas que têm recebido mais atenção. Ele tem espaço no calendário escolar regulamentado por lei (não sem muitos conflitos), algo muito relevante, pois é uma data que chama a atenção para a importância ativa das populações negras, na construção da sociedade brasileira atual, e, sobretudo, quando se observa o genocídio da população negra em vários países, fato que ocorre porque socialmente permitimos o uso desproporcional da violência contra esse segmento da população.

Garantir o acesso dos estudantes aos arquivos e aos centros de documentação e memória é fundamental para compreenderem os processos conflituos que levam à construção da memória social e sua seleção de conteúdo a ser lembrado. A formação para a cidadania não prescinde de que os estudantes compreendam que a História é uma reconstrução do passado, um olhar subjetivo da sociedade de seu tempo em relação ao seu próprio passado. Para compreender esse passado, vivido e construído por outros seres humanos, é importante que os estudantes tenham acesso às instituições que guardam seus registros.

Arquivo Central – Recentemente tivemos a regulamentação da profissão de historiador. Temos um público de bolsistas e de pesquisadores que cursam ou são formados em História. Fale um pouco da importância dessa regulamentação para o exercício da profissão.

Adebiano – A história, de modo geral, dispõe de grande prestígio na nossa sociedade. Porém, paradoxalmente, no Brasil tínhamos esse impasse na regulamentação profissional de quem produz conhecimento histórico. Temos muitos divulgadores científicos ligados ao conhecimento histórico, porém, esse é um campo de intensas disputas. Afinal, a forma como a sociedade enxerga seu próprio passado determina muito do seu comportamento no presente. Daí muitos desses divulgadores ou produtores culturais deixam de lado a historicidade para reconstruírem algo de acordo com outros interesses, seja defender certa visão política ou tornar seu produto mais polêmico, espetaculoso, vendável...

Essa é uma mudança recente na legislação brasileira e já observei a abertura de postos de trabalho para historiadores em instituições de pesquisa e em centros de documentação e memória, na maioria das vezes, instituições públicas. Mas creio que no tempo histórico (não pude perder a piada de historiador), essa será uma profissão mais difundida e chegará cada vez mais a outros campos, sobretudo no suporte à produção de entretenimento como filmes e séries ambientados em outras épocas. Além disso, a presença de mais historiadores de ofício, nas instituições de pesquisa, deverá apontar muitas possibilidades de trabalho a partir dos seus acervos. Não tenho dúvida de que isso irá permitir uma elevação do número de trabalhos acadêmicos e da sua

qualidade, nos dando mais elementos para estarmos nessa constante reconstrução da nossa História.

Em tempos de obscurantismo e ataques aos direitos dos trabalhadores e suas carreiras, a regulamentação da profissão de historiador, que certifica que apenas pessoas com a formação específica poderão exercer a função e lecionar no ensino fundamental e médio, adquire importância singular. Diante da abertura de novos cursos de graduação e pós-graduação, que o país vivenciou no seu passado recente, além da legitimação dos conhecimentos históricos produzidos nos cursos de pós-graduação, em áreas correlatas e que tenham linhas de pesquisa dedicadas à História, essa medida é um reconhecimento social e jurídico necessário para a valorização dos professores e de pesquisadores, bem como da sua formação acadêmica.